

Por que uma vanguarda?

Alfredo Maria Bonanno



1977

Conteúdo

Prefácio	3
Por que uma vanguarda?	5
A questão organizacional	8
A ilusão de quantidade	12
Grupo autoritário e libertário	15
A relação entre grupos: a estrutura vertical e a horizontal	18
Chefe autoritário e líder libertário	22
Uma tentativa de examinar a estrutura de caráter do militante libertário	25
O conflito entre total e parcial	29
Alienação revolucionária	32
Tensão revolucionária	37
A solução do problema da vanguarda	40

Prefácio

As ideias a seguir visam abordar o problema das relações entre o movimento do explorado e o movimento anarquista revolucionário.

A conclusão é muito simples e constitui o ponto de partida de uma reflexão que estamos propondo a todos os camaradas: não é no recinto do movimento anarquista específico que se trabalha para a revolução, mas fora da realidade das lutas, que neste momento não nos veem presentes. Nesse sentido, o movimento anarquista ainda tem um longo caminho a percorrer. Diante da urgência da situação, tornou-se imperativo que todos os camaradas anarquistas revolucionários sinceros refletissem sobre as formas e condições de se organizar para contribuir para o alargamento, no sentido libertário, da situação atual de crises e desconforto.

O tempo de hesitação e espera acabou. Quem quer que esteja disponível para a luta revolucionária, procure seus camaradas e não espere por um sinal ou esclarecimento por parte do movimento específico.

AMB

Por que uma vanguarda?

O problema da vanguarda foi abordado por todos os revolucionários conscientes do passado e do presente. Eles temem seus perigos e tentam ver o que a causa e como eliminá-la ou atenuar seus efeitos.

O problema é muito mais sério para os anarquistas. Eles não aceitam os expedientes políticos que outros revolucionários acabam justificando na pressa de tomar o poder.

Mesmo assim, os anarquistas também acabam produzindo vanguardas, mas tomam cuidado para não chamá-las assim, uma palavra que detestam. Mas não temos folha-de-figueira com a qual encobrir a realidade, e se isso inclui estruturas iguais ou semelhantes às dos autoritários, não faz sentido tentar ocultar o fato simplesmente usando palavras diferentes.

Uma vanguarda é necessária então?

Não existe uma resposta simples para isso. Os anarquistas tendem a enterrar a cabeça na areia até agora, na esperança de resolver o problema através do uso de metáforas.

Sentimos que devemos dar um passo à frente e arriscar perturbar aqueles que se mantêm obstinadamente em suas posições como o mesmo velho polvo na mesma rocha velha.

Muitos interromperam o problema simplesmente afirmando que é necessário uma vanguarda. Empurrando a ideologia subjacente – sempre presente no anarquismo – em uma direção autoritária, eles levantam as mangas e começam a trabalhar. Com o auxílio de algumas teorias extremamente destiladas e refinadas, elas começam a construir construções misteriosas que são máximas de controle e seleção.

Tal posição não difere muito daqueles que, negando categoricamente que exista uma vanguarda no anarquismo, se recusam a ver a realidade como ela é.

Essa tendência – geralmente envolvida na retórica humanística que beira o idealismo nebuloso – é o inimigo jurado do primeiro, que acusa de ser o leninismo mais sinistro camuflado como anarquismo. Por outro lado, a parte mais perspicaz do movimento, ciente das dificuldades envolvidas na tentativa de justificar parte da liderança, substitui o termo “vanguarda” por “minorias ativas” e eufemismos semelhantes.

No entanto, o problema não é apenas uma questão de palavras. Não estamos interessados em substituir um termo por outro e explicar o porquê, mas estamos tentando chegar à raiz dos problemas que esse conceito leva.

E a pergunta não muda se chamarmos a “coisa” de vanguarda ou minorias ativas.

O que é isso então? O que é uma vanguarda revolucionária?

A resposta parece simples: é um todo orgânico composto pelos indivíduos que o compõem. Essa organização tende a se separar e se impor ao movimento revolucionário que a produziu.

Vejam isso em etapas.

Existem muitas maneiras de justificar a necessidade de uma organização específica enfrentar certos problemas que as organizações de massa não conseguem resolver. Obviamente, aqueles que compõem esta organização devem ter três atributos: a) conhecimento; b) compromisso; c) tempo. O poder se estabelece com base na autoridade reconhecida, e não na autoridade, no sentido estrito da palavra. Estamos falando de organizações revolucionárias em geral, mas não vamos perder de vista aquelas que estamos particularmente interessadas em examinar, organizações anarquistas. É precisamente neste último que os elementos de autoridade reconhecida predominam sobre a autoridade, deixando intacto o problema subjacente: o do crescimento e consolidação de uma organização (portanto de um grupo de pessoas) que exerce controle sobre o restante do movimento.

A revolução é eminentemente um evento organizacional, portanto, não é de admirar que ocorra um processo de superestrutura organizacional quando as organizações de base se multiplicam. Isso poderia muito bem ser limitado (pelo menos nos estágios iniciais), apontando para as questões com as quais uma organização deveria se preocupar e controlando-a por meio de uma revogação de seus delegados. Veremos por que esses expedientes (limitação de tarefas e retirada de delegados) constituem baluartes muito frágeis e como esses são frequentemente usados simplesmente para resolver consciências, ou seja, como alibis, e não como instrumentos para limitar o poder como tal.

Quando a contrarrevolução se solta, esse grupo tende a se fechar. A repressão e a clandestinidade têm o efeito de transformá-lo em um grupo militarizado que (de repente ou gradualmente) perde seu relacionamento com as antigas organizações de base, as primeiras a sucumbir à repressão. Outras vezes, o grupo organizacional predominante se divide em um número de grupos separados ou coordenados que – ainda em número limitado – continuam a luta, geralmente atraindo aqueles da organização de base

que preferem entrar na clandestinidade. Estamos vendo uma situação extrema aqui que reduz o valor do trabalho realizado em outros momentos em que a contrarrevolução deixa o movimento revolucionário relativamente em paz. Mas os problemas decorrentes dessa radicalização não são outros senão aqueles que já existiam, agora de uma forma mais rara e óbvia.

As condições que levam à formação da vanguarda estão, portanto, ligadas ao desenvolvimento da própria atividade revolucionária. Uma organização formada por homens e mulheres – a melhor disponível – emerge e, juntamente com ela, o perigo de começar a raciocinar independentemente, de acordo com a lógica de todas as organizações, cuja principal prioridade se torna sua própria sobrevivência.

Tal conclusão parece implicar a inevitabilidade de uma vanguarda, mas, pelo contrário, acredito que é possível ir além de uma lógica minoritária. No entanto, para que isso fique claro, vários pontos precisam ser considerados.

A questão organizacional

Nada é possível sem organização. A vida humana pararia e tudo cairia no caos. A organização é indispensável ao homem a tal ponto que qualquer melhoria neste último, mesmo se realizada por tiranos, deve ser considerada algo positivo. A própria ideia de progresso nunca teria surgido se a organização não tivesse sido essencial para o homem. Nesse sentido, se a história é o desenvolvimento de qualquer coisa, é o desenvolvimento de algo organizado.

A estrutura de poder é uma organização bastante refinada, com o objetivo de atingir fins em benefício de uma minoria. A maioria está empenhada em alcançar esses fins. Mas não podemos negar que os interesses da minoria também possuem certos aspectos positivos para a maioria. O último se rebelaria ou morreria de outra maneira e os objetivos do primeiro não seriam alcançados.

A estrutura de energia é cheia de expedientes para obter o máximo e, ao mesmo tempo, o mínimo. Elabora esses expedientes e os efetua, modificando-os de tempos em tempos em relação à luta realizada pela maioria, ou seja, os explorados.

Estes últimos, como resultado de várias – todas dramáticas – experiências de luta, desenvolveram organizações próprias para tornar o confronto mais eficaz. Eles gradualmente entraram na lógica da exploração e se tornaram parte integrante dela, coincidindo com a descoberta pelo poder da insustentabilidade do absolutismo e da idiotice do irracionalismo fascista.

Foi assim que nasceu o poder democrático, uma organização que continua a explorar a maioria em benefício da minoria, mas o faz usando as próprias organizações de defesa da maioria.

Além disso, o que tornou isso possível é o fato de que as organizações de defesa da maioria quase sempre entram em vigor após serem legalizadas.

Mas a atividade organizacional não deve necessariamente ser vista como algo construído de fora por especialistas que tomam decisões de acordo com seus próprios objetivos. Essa interpretação contém dois erros básicos: o que poderíamos chamar de erro biológico e o funcionalista. De acordo com essa maneira de pensar, uma organização deve se estruturar mais ou menos como um organismo (ter cabeça e membros, portanto, uma hierarquia) e atender aos requisitos essenciais de eficiência e funcionalidade. Se a maioria explorada não puder se defender porque está dispersa em unidades únicas (como as células do tecido orgânico), devemos unir essas células e construir um corpo com uma estrutura preciosa (ou seja, sindicatos e uniões em geral) adequados aos objetivos em vista, opor-se aos chefes no processo de exploração e defender a maioria.

A justificativa para isso é o conceito de que, como a estrutura dos chefes é monolítica, a estrutura de defesa também deve ser.

A analogia biológica e funcionalista também dominou no campo da defesa política, à medida que as estruturas partidárias aumentavam de importância juntamente com o declínio dos Estados absolutistas.

A justificativa, a monoliticidade do Estado.

Tudo isso é bastante patético. A grande ironia da história está no fato de que era o próprio poder decidir os termos das grandes organizações de defesa. Esses termos foram produzidos em uma base orgânica e funcional, frequentemente como consequência involuntária de certas modificações na própria estrutura de poder. Claramente, um organismo de defesa é um produto de um período histórico específico e quase sempre se consolida em uma relação precisa com a estrutura de poder que o condiciona e o torna possível.

Um número incrível de camaradas sustenta que eles são revolucionários, mas insistem na validade do uso das estruturas de defesa dos explorados. Eles vêem o último como instrumentos de luta, desconhecendo a relação íntima de dependência que existe entre eles e as estruturas de poder.

Mas a história contribuiu para esclarecer esta questão. Cada vez que os explorados passam da defesa para o ataque e um mecanismo revolucionário entra em vigor, outros tipos de estrutura organizacional surgem.

O problema das grandes organizações de defesa dos explorados não é o fato de existirem – algo que é natural e ineliminável –, mas precisamente a dimensão defensiva que eles adotaram. É por isso que eles “copiam” as organizações do adversário e usam a mesma lógica.

Por outro lado, as organizações de ataque não reproduzem o funcionalismo biológico dos defensivos. Essas formas organizacionais não têm a intenção de se tornar uma grande estrutura monolítica, permitindo que o processo de ruptura continue. Eles não querem reproduzir o modelo do adversário usando a mesma lógica. É verdade que as organizações de defesa também podem ser mobilizadas para atacar,

mas isso acaba sendo um choque de estilo militar que pode parecer revolucionário, mas que não pode ter outro resultado senão a persistência do antigo poder ou o nascimento de um novo, possivelmente mais tirânico que o primeiro.

As organizações de ataque, por outro lado, nascem com base em uma lógica social que leva em consideração as necessidades das pessoas, o nível de exploração e a extensão da radicalização que o confronto atingiu.

Essas organizações não sofrem de ilusões funcionalistas. Elas não podem ser aprimoradas, não esperam “crescer”. Nem se colocam na lógica de um “diálogo” com o poder. Elas são para a destruição de todo poder a partir do momento em que aparecem, portanto, em sua própria lógica, elas já estão “completas” em si mesmas. É claro que elas podem se aperfeiçoar do ponto de vista da tática, da preparação de seus componentes individuais ou de aspectos do conflito militar. Mas no que diz respeito ao aspecto organizacional, não há nada a ser melhorado e vice-versa. Elas estão além da lógica do poder. Elas são “bandidos”.

Não buscando crescimento quantitativo, elas não precisam de uma “cabeça” ou “membros”. Elas se orientam para a realidade da exploração, emergindo em sua integridade organizacional no momento em que atacam o poder. Elas não têm uma função entre outras, mas têm a “função definitiva” de destruir o poder.

Não é importante descrever aqui quais as formas que essas organizações de ataque adotaram na história dos explorados (conselhos, soviets, comitês etc.), ou que podem assumir no futuro próximo. Também não estamos interessados em discutir uma característica importante e imediatamente óbvia dessas organizações, a autonomia.

Pelo contrário, sentimos que é necessário refletir sobre duas coisas: a) essas organizações nunca perdem de vista o indivíduo (que também é uma organização); b) no momento destrutivo, tornam-se um modelo para a construção da sociedade futura.

Agora adquirimos um novo problema. O único indivíduo é uma organização, ou melhor, é a organização fundamental. Aqui a confusão relativa a uma aparente contradição entre o individualismo e o comunismo anarquista desaparece. Enquanto o primeiro às vezes adota atitudes estranhamente absurdas (defesa de pequenas propriedades, vontade de poder, desprezo pela vida comunista etc.), a maior parte disso não passa de atitudes isoladas que tiveram pouco contato com a realidade das lutas dos explorados. Um caso típico é o dos humanistas que se reconhecem no anarquismo, mas, dificultados por sua interpretação idealista das vicissitudes do homem, acabam perdendo o fundamento essencial do relacionamento explorador/explorado. Eles trazem os atributos do antigo Deus à terra e os transformam em um novo mito, bastante semelhante ao antigo que apenas serviu aos desígnios do poder.

Esse tipo de individualismo é claramente uma distorção das doutrinas mais racionais do egoísmo. Nega o conceito de organização e tende a ver o homem se realizando continuamente dentro de uma dimensão animalesca da luta pela vida. Ela vê a dimensão comunista como a negação do desenvolvimento humano, o sacrifício do indivíduo para a boa sociedade. Ela luta pela libertação do indivíduo fora de uma perspectiva comunitária, evitando a premissa fundamental de que a escravidão de um único indivíduo no mundo também é minha.

Pelo contrário, quando o individualismo é visto corretamente, parte do conceito de que, embora simples e básico do ponto de vista da dinâmica social, o indivíduo já é uma organização complexa. Essa organização pode estabelecer relacionamentos precisos com outros indivíduos da organização e é capaz de alterá-los ou regulá-los. Pode até realizar-se no sacrifício absoluto, na negação consciente de si mesma – a morte – quando isso parece necessário para derrubar o relacionamento explorador-explorado que torna o indivíduo-organização incompleto e infeliz.

O egoísmo supremo, ou seja, a autonomia, é o aperfeiçoamento organizacional do indivíduo, um relacionamento preciso que não viola outros indivíduos da organização.

Uma exposição adequada desse problema é extremamente importante para o anarquismo. Isso leva a uma visão mais clara da luta contra a exploração, mesmo quando isso ocorre em situações confusas ou em formas organizacionais pouco ortodoxas. Quando se trata de defesa, deve-se dizer que as estruturas anarquistas frequentemente condenam qualquer forma de luta produzida independentemente de si mesmas, considerando-as individualistas no sentido negativo da palavra e classificando-as de “objetivamente provocadoras”.

Para o individualismo, o ponto essencial é que o indivíduo é uma organização autônoma que geralmente reage contra o que foi estabelecido pelo poder, muitas vezes elaborando seus próprios preceitos, esclarecendo-se e tomando a iniciativa. Nesse momento, um evento moral preciso é acionado: o indivíduo, que não é mais um instrumento inconsciente nas mãos do poder, adquire uma perspectiva autônoma de caráter essencialmente organizacional.

O outro aspecto do momento organizacional que definimos como “ataque” é sua preparação como instrumento destrutivo para agir sobre a realidade da exploração e como modelo para construir a partir do momento em que esse relacionamento é abolido.

As condições objetivas pressionam a grande massa de explorados a procurar esses modelos organizacionais, que são impedidos pelo poder do adversário. Se a pesada estrutura de poder começar a mostrar sinais de fraqueza em algum momento, as necessidades e os problemas deverão ser encarados de maneira diferente. Geralmente, na construção de formas de ataque, a massa também cria formas para resolver os problemas de sobrevivência. Estes últimos são muito significativos porque são baseados em relações comunistas.

A ilusão de quantidade

O principal elemento da estruturação organizacional da defesa é o crescimento quantitativo. Isso foi condicionado pela lógica do poder.

Quanto maiores os números, mais uma organização é considerada significativa, forte, conhecida e importante. Nesse sentido, se a estrutura de poder é a organização mais forte, se está no auge e abrange todas as manifestações da vida associada, qualquer organização que pretenda contrastá-la e representar os direitos da grande maioria dos explorados deve procurar ser tão forte que possível.

À primeira vista, essas afirmações parecem bastante excepcionais. E assim são, se alguém se colocar na lógica do poder. Se queremos nos defender de uma força maligna, precisamos nos opor a ela com uma força boa, isto é, uma que seja, se não for igualmente forte, pelo menos forte o suficiente para assustá-la. Mas, dessa maneira, alguém está se colocando na lógica do poder, sem saber que qualquer crescimento significativo em números simplesmente muda a relação de classe sem, na verdade, colocar esse último em questão. Não abole as classes.

Ao canalizar organizações revolucionárias e reformistas em direção à ilusão quantitativa, o poder obteve um grande resultado. Ele igualou o último no nível organizacional, reduzindo as diferenças para quem grita mais alto. E sabemos bem como aquele que grita mais alto é geralmente o mais facilmente disposto a parar de gritar de repente, ou a começar a gritar pelo lado oposto.

As organizações revolucionárias não podem crescer quantitativamente. Se o fazem, estando na lógica do poder, a diferença entre revolucionários e reformistas passa a ser uma questão de semântica, algo que o poder não teme.

Obviamente, a quantidade não pega os reformistas de surpresa. A traição está implícita em seu discurso, assim como sua inserção em relações que são gerenciadas pelo poder. Agora dominados pelas estruturas de exploração, eles desempenham o papel que lhes é atribuído na organização social-liberal moderna.

Um camarada revolucionário deve ser considerado de boa fé até que se prove o contrário. As questões de esclarecimento e crítica nunca devem estar em nível pessoal, mas devem se concentrar nas escolhas do camarada e nas consequências que eles têm sobre toda a organização. Nesse sentido, a boa-fé do camarada deve ser posta à prova através de uma ação decisiva que chega à raiz das coisas e não para nas aparências, em outras palavras, através de uma ação penetrante que não se limita ao campo da ideologia revolucionária abstrata.

A ilusão quantitativa é muito importante para os camaradas autoritários, mas sempre dentro de certos limites. Eles percebem que estão começando com o pé errado e que não é possível ir além de algo que apenas gostaria de se tornar parte de situações reais de luta. Infelizmente, muitas vezes preferem esperar que isso aconteça (ou seja, seja facilitado) pela precipitação de eventos. Infelizmente, muitas vezes preferem esperar que isso aconteça (isso é, seja facilitado) pela precipitação de eventos. Eles passam a construir organizações fortes que são revolucionárias apenas na aparência, sendo de fato organizações de defesa, portanto perdedoras antes de começar. O crescimento numérico neste último leva camaradas a promover essa ilusão. Faz com que se sintam fortes e seguros. Então eles crescem firmemente nessa direção, que é precisamente o que o poder deseja: a aceitação de uma expressão inócua da revolução como algo que é quantitativo e nada mais, por isso é facilmente puxado de volta à lógica do sistema de poder.

A ilusão de quantidade é absolutamente crítica para as organizações anarquistas, que não podem se tornar inúteis, estéreis e contraproducentes, cujo crescimento é simplesmente quantitativo. Nem seria plausível que eles simplesmente esperassem que os eventos se precipitassem. Os anarquistas não seriam capazes de agir em algo estruturado como uma organização de defesa, pois não estariam dispostos a transformá-lo em uma estrutura piramidal. Em um ponto radical da luta quando os eventos se precipitam, eles seriam forçados a testar sua organização, desmembrá-la e levá-la de volta à forma elementar que deveria ter no início. Grande parte da história do anarquismo pode ser vista a partir dessa óptica: o fracasso da revolução russa, a involução autoritária da espanhola.

Muitos anarquistas agora estão fazendo o papel de Penélope, tecendo o que sabem que terão que desatar, precisamente no momento em que os objetivos pelos quais estão lutando se concretizam. Além de alguns esforços marginais, as atuais formas organizacionais do movimento anarquista não são diferentes de qualquer outra organização que esteja longe da realidade da luta. Essas organizações devem aceitar a lógica quantitativa se não quiserem parecer anacrônicas (ou elitistas), mesmo sabendo que essa lógica

leva inevitavelmente à negação dos princípios básicos do anarquismo, ou à completa destruição do que acabaram de construir.

Se alguém se apegar à ilusão da quantidade, o papel da vanguarda deve ser inevitavelmente aceito. Os autoritários não têm nada contra isso. Os anarquistas, por outro lado, têm muita coisa contra isso. Infelizmente, sendo “contra” a vanguarda, muitas vezes se transforma em um debate estéril, o argumento geralmente se volta para a diferença entre estruturas autoritárias e libertárias. Este ponto merece ser aprofundado.

Grupo autoritário e libertário

Neste ponto, queremos entrar no conceito de grupo. Até agora, falamos sobre organização, comparando várias organizações que são objetivamente diferentes, mas que emprestam a lógica da defesa, portanto do poder. Essas organizações são diferentes em muitos aspectos, mas compartilham uma que é fundamental: sua capacidade de ser usada pelo poder. As organizações de defesa econômica, defesa política, organizações reformistas e revolucionárias são todas iguais – as palavras não têm sentido – se operarem de formas que estão fora da luta.

No entanto, dentro dessa uniformidade, há uma diferença entre uma estrutura por grupos e uma estrutura por seções ou outros sinônimos que geralmente caracterizam sindicatos e partidos. Se olharmos de perto, podemos encontrar uma aparência de realidade, ainda externa à realidade da luta, mas que afirma fazer a diferença. A estrutura formada por grupos se considera libertária e acusa a outra de ser autoritária.

Basicamente, é fácil fazer essa acusação, pois é bem recebida pelos responsáveis pelas próprias partes e organizações autoritárias. De fato, comitês centrais, hierarquias e outros dispositivos similares não são ocultados, mas são justificados por uma série de discursos sobre a necessidade de líder, representação, período de transição e outras fantasias que não valem a pena mencionar aqui, porque são tão antigas quanto as colinas.

Por outro lado, uma estrutura de grupos é vista como a base de toda organização libertária. Isso está correto, mas precisamos saber de que tipo de grupos estamos falando. Nada impede que organizações autoritárias se baseiem em grupos ou na existência de grupos autoritários reais. De fato, a estrutura libertária não deve ser considerada uma estrutura de grupo típica, mas sim uma que é caracterizada por dentro e se distingue dos outros tipos.

O grupo autoritário possui um líder e uma microestrutura hierárquica. O líder toma as decisões mais importantes sem consultar os membros do grupo e as toma uma de cada vez, de maneira que os outros nunca saibam qual será a próxima decisão. Essa situação de incerteza é o que torna possível que a autoridade do líder se torne permanente e, de tempos em tempos, esse último é chamado a definir tarefas para todos os outros. Nada impede que as organizações vanguardistas se estruturam dessa maneira. Além disso, esse costuma ser um estado bastante normal em situações de clandestinidade.

O grupo libertário não tem um líder e não possui uma estrutura hierárquica interna. A distribuição de tarefas é decidida coletivamente. A linha de comportamento é decidida por todos os componentes do grupo e os membros podem optar por executar uma tarefa em vez de outra, sempre com um acordo comum. O estado de incerteza que existe diante de um novo evento não paralisa ou traumatiza ninguém e não requer a intervenção de um “especialista”, em que cada indivíduo já está ciente da situação e está preparado para enfrentá-la junto com todos os outros.

Se estamos assumindo que apenas grupos autoritários podem constituir uma vanguarda, devemos examinar as condições que impediriam um grupo libertário de produzir um.

Só porque o grupo libertário não tem um líder não significa que ele não é capaz de produzir uma vanguarda. Por si só, esse simples fato não é alarmante, torna-se sério quando o grupo está operando em uma situação fora da luta. Vamos ver o porquê.

Acima de tudo, vamos ver como os líderes emergem dentro desses grupos. Dissemos que as decisões são elaboradas da maneira mais aberta possível. Todo mundo participa. Mas nem todo mundo tem o mesmo nível de preparação. Parece, portanto, que as discussões se movem na direção de um ou mais pontos particulares que correspondem às ideias daqueles que estão melhores preparados. Em outras palavras, os componentes do grupo começam a se dividir, não com base em suas próprias ideias, que muitas vezes podem ser bastante vagas ou superficiais, mas com base em algumas linhas interpretativas fornecidas pelos elementos mais bem preparados. Depois, há uma passagem da polarização para a concentração, geralmente porque as teses dos líderes (até agora identificáveis) chegam a algum acordo, ou seja, as divergências são embotadas para alcançar a unanimidade. Em casos extremos, onde a concentração de opinião não é possível, ocorre uma fratura e conseqüente separação.

O problema da formação de uma maioria e minoria, ou o equivalente libertário da mesma, não é relevante aqui. O que nos preocupa é que a polarização de opiniões ocorre com base em linhas interpretativas fornecidas por alguns elementos (uma minoria dentro do grupo) constituídas pelos líderes. Deve-se acrescentar que esses elementos geralmente são os que mais frequentam o grupo assiduamente, participam de todo o trabalho, se envolvem totalmente. Isso muitas vezes coincide com um certo nível

de liberdade de outros tipos de trabalho que são necessários para viver. Sem nos referirmos ao caso extremo do profissionalismo revolucionário, poderíamos dizer que os líderes de grupos libertários são geralmente camaradas com uma certa quantidade de tempo à sua disposição, que dedicam à vida do grupo. O grupo inevitavelmente assume sua fisionomia, suas características culturais e sociais que se auto-selecionam involuntariamente, mas de forma consistente.

O outro grande problema é que, além da existência de líderes, muitas vezes é possível identificar a existência de “problemáticas” que são introduzidas pelo grupo pelo mesmo, depois submetidas ao processo de escrutínio democrático para discussão etc. Desse modo, a escolha dos métodos de luta, os fundamentos teóricos e as várias posições políticas são tratados fora do grupo; então, com um processo tipicamente paternalista, tudo é discutido com todos os camaradas. O grupo torna-se, assim, uma entidade objetiva e abstrata para os indivíduos que o compõem, pois suas relações apenas entram na realidade de alguns deles. Uma diferença formal no estilo de comando dentro do grupo acaba sendo ainda mais condicionada do que a autoritária. Em outras palavras, somos confrontados com uma estrutura essencialmente autoritária que é muito mais eficiente do que o próprio grupo autoritário. O último sempre tem o problema de como superar a incerteza individual no caso de ter que agir na ausência do líder. O grupo libertário, por outro lado, alcança uma invejosa homogeneidade de decisão agindo como acabamos de ver, embora haja pouco a invejar no nível subjetivo.

A pior pergunta que eles têm que enfrentar é como pilotar problemas em vez de confrontar o grupo diretamente com eles. Agora, tal situação é impossível se o grupo estiver agindo diretamente na luta quando, como veremos adiante, surgir toda uma série de outras problemáticas. Assim, dado que o grupo está agindo em uma organização externa, ligada como dissemos à perspectiva ilusória da quantidade, torna-se indispensável para alguém dentro do grupo realizar as tarefas fundamentais. Pelo contrário, no caso em que o grupo está agindo em lutas, a função do líder é simplesmente a de orientação com base em sua preparação e disponibilidade de tempo mais amplas, não a de escolher os problemas a serem discutidos.

Essa distinção é da maior importância. Marca o divisor de águas entre o movimento fictício e o movimento real.

A relação entre grupos: a estrutura vertical e a horizontal

Um grupo, por ser uma estrutura elementar de uma realidade organizacional mais ampla, seria insignificante se permanecesse isolado de outros grupos. Ele conteria todos os defeitos de uma organização externa sem conseguir afetar qualquer opinião mais ampla.

Se o grupo se consolida com base na afinidade emergida das ideias e opiniões de alguns dos líderes, bem como em sua situação geográfica, que também exerce influência, o que não significa que não possa desenvolver uma base organizacional mais ampla. Ele pode estabelecer relações com outros grupos – aqueles não muito distantes de suas próprias posições – com base em algumas das teses apresentadas pelos líderes.

Essas relações podem ocorrer verticalmente no caso de grupos autoritários ou horizontalmente no caso de grupos libertários. É a estrutura horizontal que estamos interessados em observar aqui, pois é característica dos grupos anarquistas.

Vários grupos federam ou mantêm contato de uma maneira ou de outra, apoiando-se na intenção comum mínima que pode ser extraída de alguns princípios básicos e pontos teóricos previamente elaborados. Mesmo um acordo livre sobre essas ideias e princípios é suficiente para garantir a persistência da estrutura horizontal. Nenhum grupo predomina sobre o outro, nenhum grupo afirma desempenhar a função de líder e nenhum grupo toma uma decisão sobre os outros sem entrar em contato com o resto da federação ou sindicato informal, que então declara o que deseja. Eles também podem usar instrumentos comuns, como documentos ou comissões. Eles são editados ou compilados por vários grupos, ou por um único grupo, após uma discussão entre os delegados, usando vários procedimentos (ratificação do grupo, convocação de delegados, etc.) para tentar garantir a estrutura o máximo possível, mantendo-o na horizontal.

As coisas não são exatamente assim na realidade. Processos inevitáveis favorecem a formação de um grupo de líderes que assumem a federação ou união de grupos, empurrando-os para a interpretação básica da tese subjacente que, segundo eles, é a única válida para todos os camaradas. Isso não é alcançado diretamente. Como vimos, cada grupo produz seus líderes, geralmente um ou dois, no máximo três. Muitas vezes, sua preparação e disponibilidade são maiores que as dos outros. Dessa maneira, um verdadeiro líder emerge. Sabemos como funciona a recuperação da opinião, o processo de tomada de decisão dentro dos grupos. O fenômeno da polarização é superado, geralmente para tentar dar uniformidade e coesão ao grupo, mas quando levados a um nível mais amplo (geograficamente), esses fenômenos não deixam de reaparecer.

Pode ser instrutivo ler relatos de debates ou relatórios escritos por delegados de grupos individuais para ver do que estamos falando. A polarização de ideias é bastante evidente. Normalmente, apenas os líderes estão presentes em reuniões mais amplas, cada um dos quais está mais “dentro” dos problemas de seu próprio grupo particular. Muitas vezes, são eles que elaboraram as ideias que o grupo acabou atribuindo a si próprio. Daí uma grande divergência em qualquer problema que esteja sendo enfrentado, com uma forte possibilidade de nunca chegar a conclusões precisas.

Geralmente, um amplo programa é estabelecido, antigo ou novo, com proposições gerais o suficiente para que todos possam concordar. É tomado cuidado para limitar o programa a princípios gerais, caso contrário as contradições internas representadas pelas várias interpretações seriam irreconciliáveis.

Mesmo que a estrutura permaneça horizontal, se o delegado revogável tentar evitar qualquer forma de profissionalismo, se o debate dentro da estrutura estiver sempre vivo – de fato, quanto mais se encontra a partir dos vários pontos de luta, mais virulento se torna – isso não significa que as formações espontâneas agindo ao longo das linhas de uma vanguarda não apareçam.

Então agora temos uma série de grupos que se organizam em uma estrutura que está fora da luta. Somente por esse fato, eles se veem como a vanguarda consciente de algo que é considerado inconsciência, portanto, precisam ser abordados e receber esclarecimentos. Propaganda e proselitismo são importantes para esse tipo de vanguarda esclarecido. Nesse último, através de um inevitável processo de seleção, forma-se uma vanguarda ainda mais restrita, um grupo de líderes que age a partir de certas decisões relativas a ideias básicas e à interpretação de problemas individuais que nem sempre vêm de uma base mais ampla, mas geralmente são elaborados em locais específicos, ou seja, em reuniões da vanguarda restrita.

Assim, toma-se consciência do ápice extremo de um todo organizado, que assume a tarefa de pilotar um instrumento para atuar sobre a massa de uma maneira ou de outra.

No que diz respeito à estrutura organizada como um todo, sua redução a uma vanguarda ocorre porque está separada da luta real e porque é vista como um instrumento pelos líderes que desejam usá-la como tal.

À primeira vista, parece que essas coisas dizem respeito a estruturas autoritárias, e não a libertárias, porque, como dissemos, elas vão contra os objetivos e intenções deste último. Todo militante que entra em um grupo libertário está fazendo uma escolha, não apenas com base em um programa abstrato, mas também porque ele quer viver de maneira diferente, com uma maneira de trabalhar em conjunto, livre dessa situação absurda de grupos autoritários, onde apenas o líder ou líderes sabem o que deve ser feito e todo mundo espera para receber ordens. Quando realmente se trata disso, a realidade se encarrega de mudar de opinião de uma maneira ou de outra.

Grupos autoritários estão achando cada vez mais difícil se apegar à estrutura centralizada clássica. Os líderes estão concedendo certa liberdade de ação a seus subalternos, mesmo que processos de reificação, ou seja, a transformação do aparato organizacional em uma “coisa” estejam sempre em ação, influenciando consideravelmente o comportamento de cada militante.

Nos grupos libertários, como vimos, a situação idílica de máxima liberdade de expressão é impedida pela falta de preparação e escassa disponibilidade da maioria dos membros. Por esse motivo, um certo poder de decisão acaba nas mãos de alguns líderes.

Esta situação é a mesma que a primeira em aparência sozinha. Na realidade, estamos olhando para duas formas muito diferentes de degeneração que levam a diferentes consequências. No primeiro caso, ou seja, na estrutura autoritária, o processo de reificação é tal que militantes individuais se tornam tão integrados à organização que se torna inconcebível que eles imaginem que o último possa cometer um erro. Daí o fracasso em questionar as ordens de cima. A estrutura deve estar correta, precisamente por causa de algumas de suas características internas, bastante irracionais. Seu reflexo como estrutura organizada não pode estar errado, pois eles vivem a mesma vida que a organização. Eles o personificam de certa maneira, dando a ela uma aparência humana. O culto à personalidade e todas as suas consequências são uma conclusão lógica dessa direção.

No segundo caso, ou seja, na estrutura horizontal e libertária, métodos de discussão, um mínimo de decência e vários outros elementos contribuem para impedir a reificação da organização. Mesmo muitos elementos da base que não têm nada a dizer sobre certos argumentos não aceitam o princípio tipicamente autoritário de que a organização está sempre certa. Nesse caso, a autoridade dos líderes deve ser mais corretamente denominada autoridade reconhecida, embora o uso de uma palavra diferente não altere as consequências do fenômeno.

Deve-se acrescentar que muitas vezes existe o que é conhecido como um espírito de corpo. Os militantes de uma organização libertária devem estar livres de tais absurdos. No entanto, a realidade nos mostra como muitas vezes se torna prisioneira deles. O militante na base da estrutura organizada vê a última de certa maneira, que geralmente coincide com a maneira como o líder que o influencia. Simplesmente aceitando essa situação, ele não pode ver sua organização no mesmo nível que os outros. Ele vê algo melhor nisso, algo mais adequado aos princípios que vagamente sente estarem próximos de sua “verdade”, que é codificada de forma sucinta para os não iniciados. O líder está ainda mais perto de se identificar com a organização. Ele sente que há algo definitivo, sente que é “dele” em um grau muito maior do que o simples militante. Enquanto para este último era necessário o intermediário do líder, para ele o relacionamento é direto. Ele sente as pulsações diretamente. Tudo isso leva a que ele seja extremamente indulgente com sua própria organização e extremamente crítico com os outros.

Uma avaliação irracional da organização à qual pertence pode levar a situações estranhas. É feito um grande esforço para expandir, aperfeiçoar e fortalecer uma estrutura, sem analisar se ela corresponde às necessidades da luta na qual ela deveria estar envolvida. Todos os tipos de desculpas são inventados para camuflar a prioridade dada ao trabalho interno em comparação com a que está fora da organização. Dizem que não é o momento certo para fazer isso ou aquilo, embora seja sempre a hora do trabalho de crescimento interno, pois é sempre o momento de esperar e se preparar para se defender dos ataques dos exploradores. O exterior não é mais visto como um campo de luta, uma situação específica que pode ser analisada ou como a condição necessária para impedir o crescimento anormal ou a conformidade estéril com os modelos passados, mas apenas para encontrar novos militantes. O proselitismo é a parte mais importante das atividades da organização. Em alguns casos extremos, a luta, qualquer que seja,

não é realizada com base nas consequências positivas que pode determinar nas massas exploradas, mas com base na propaganda que ela pode criar para a organização. Portanto, é alcançada uma posição de impasse na relação da luta entre explorador e explorado. Se a relação diz respeito ao problema do aborto, por exemplo, este último não é encarado em termos de como o problema diz respeito à massa de explorados, mas apenas em vista de um resultado em termos quantitativos, e quais seriam as consequências negativas de seguir na direção oposta para a organização.

Chefe autoritário e líder libertário

O primeiro se coloca como um ponto de referência constante. Ele obtém sua autoridade da posição que ocupa dentro da estrutura autoritária, uma posição que – geralmente – foi conquistada com total dedicação à própria organização, além de sua considerável competência e preparação. Ele passa a ser considerado o intérprete da vontade da organização, portanto, indiretamente, dado que este é considerado detentor da verdade, ele é considerado intérprete e detentor da verdade. O relacionamento irracional na raiz do militante pertencente a uma estrutura autoritária, consolida-se em seu relacionamento com o cabeça direta. O líder indireto, aquele que se coloca no topo da pirâmide, passa a ser investido nessas formas carismáticas que têm um conteúdo irracional muito forte. Como não há como controlar a validade de seu trabalho, além da ação dos líderes intermediários, o cabeça suprema se torna mais um símbolo do que qualquer outra coisa, um distribuidor de símbolos de carisma, ou seja, a verdade.

Aqui é necessário destacar a grande diferença que existe entre essa situação e a estrutura autoritária contrarrevolucionária. Esta é uma pergunta delicada. Objetivamente, uma estrutura autoritária é sempre contrarrevolucionária, porque sempre tenta colocar obstáculos no caminho da libertação final. Mas deve ser diferenciado das estruturas criadas deliberadamente pelos patrões para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, digamos, uma estrutura organizacional fascista dá origem a certas relações hierárquicas que são fugas da liberdade, cada componente apreende o carisma do cabeça porque tem medo da liberdade que poderia encontrar em outros lugares, porque tem uma visão petit-burguesa especial da vida que o faz se refugiar e confortar as estruturas fixas do autoritarismo. Para o fascista, a aceitação da estrutura autoritária não é uma concessão, é um ponto de estabilidade: seu conflito interior, tipicamente existencial, é resolvido na delegação total e definitiva, na fuga. A outra possibilidade, que ele vê vagamente, a possibilidade de viver livre, assusta-o porque o esquema da tradição, família, honra, pátria e outros tipos de lixo, o sufocam, fazendo-o ver a liberdade como um caos sem regras, no quais velhos fantasmas antigos, dos quais ele sempre fugiu, a igualdade em primeiro lugar, acabariam se multiplicando.

O camarada autoritário é um camarada que pretende conscientemente fazer a escolha da liberdade. Ele não tem medo; de fato, toda a sua ação visa romper com o passado, com a tradição. A aceitação da estrutura autoritária é o menor dos dois males para o militante que ingenuamente se convence de que nada duradouro pode ser obtido sem sacrifício. Por esse motivo, ele está pronto para o sacrifício extremo, o sacrifício de sua própria liberdade. Aqui reside a tragédia. Uma pessoa que luta pela liberdade acaba sacrificando-a na ilusão de que continua lutando por ela. Até a aceitação do carisma é sempre um fato mediado que envolve um processo de “esnobismo”, auto-importância e pequenas chantagens morais consigo mesmo. Ele geralmente começa a ver o líder como um “camarada”, aceitando-o como alguém mais preparado e consciente. Ele nunca admitiria um processo carismático direto. Então, quando ele é gradualmente absorvido pela estrutura autoritária, ele percebe que qualquer possibilidade de controle a partir da base é mínima. Em seguida, há a acusação de esnobismo superficial. Ele finalmente acaba recebendo ordens e sacrificando-se à própria estrutura que, como um todo indissolúvel, identifica com liberdade e verdade.

Agora, vejamos a situação do líder libertário. Ele não deve se tornar um ponto de referência. Se ele é, isso aconteceu contra a sua vontade, como consequência direta de ele ter mais tempo livre e devido ao seu maior envolvimento e preparação. No que diz respeito a ele, pode-se falar de autoridade reconhecida em vez de autoridade. Ele não pode ser acusado de interpretar a vontade da organização, pois esta é composta pelas vontades de todos os membros. Finalmente, como a própria organização não é considerada depositária da verdade, o líder para quem alguns militantes se voltam de maneira alguma interpreta ou espalha a verdade.

De fato, modificações consideráveis ocorrem dentro desse esquema. O líder acaba se tornando um ponto de referência, caso contrário, a diversidade de opiniões dentro da estrutura seria enorme e tornaria quase impossível tomar qualquer decisão. Essa organização também acaba sendo vista pelos militantes de maneira irracional e deformada como “sua organização”, devido ao simples fato de que a escolheram como a organização que, embora não seja portadora da verdade, é quase certamente a que mais se aproxima disso do que qualquer outra. Consequentemente, mesmo que o líder não seja o intérprete ou o detentor da verdade, ele pode, em certo sentido, ser considerado algo semelhante, um camarada em quem confiar, tanto que aceita suas conclusões, mesmo que não as compreenda plenamente. Tudo isso

ocorre na esperança de que nós também conseguiremos ver claramente no futuro, a fim de colocar o camarada, que por enquanto serve como ponto de referência, em uma dimensão crítica adequada. Isso aguarda melhores momentos em que todos teremos tempo, quando nossa preparação for mais precisa e detalhada, também oculta renúncia e acomodação. Esconde a aceitação de uma situação que é muito difícil de alterar, na qual não estamos realmente interessados em entrar como tal.

Depois, há a questão da relação entre líderes. Outro problema delicado. Se o confronto entre líderes autoritários é dado como certo como resultado das fileiras que são construídas dentro da estrutura vertical, não se deve poder dizer o mesmo sobre os líderes libertários. Eles também têm conflitos de opinião, se opõem àqueles que divergem do seu próprio ponto de vista, têm que superar os obstáculos organizacionais causados pelas diferentes tendências, mas os meios pelos quais recorrer devem ser diferentes.

Pelo contrário, muitas vezes vemos que os meios empregados não são tão diferentes. O líder libertário não pode deixar escapar a predominância sobre a tendência que ele representa, sem arriscar a própria negação da tendência e uma distorção do relacionamento com a parte da base que ele representa. Pode haver um indício de uma relação de troca ou influência recíproca entre base e líder dentro da estrutura organizada mais ampla. Isso não altera o fato de que o interesse preciso do líder, mesmo libertário, surge para selar esse relacionamento, protegendo-o da influência de outras tendências que possam ameaçar a clareza de sua própria posição.

Daí o confronto com outros líderes. Uma ideia da intensidade do confronto é dada pela pressa de comissões e tarefas a serem realizadas dentro da organização. Nada muda porque essas comissões não são remuneradas e produzem uma carga considerável de trabalho e fadiga: são recompensadas por influência e solidez. Pode-se dizer que, quanto mais a atividade de um líder é desenvolvida dentro da organização, mais claro e menos atacável se torna seu ponto de referência.

Não se deve generalizar no entanto. Na estrutura organizacional libertária, a formação de militantes possibilita a troca constante de ideias em circulação que acaba por emargarar tendências que se cristalizam. Então, o camarada ou camaradas que se identificam com essa tendência cristalizada, mesmo quando mantêm contato com certos instrumentos, como periódicos, críticas, comissões e outras coisas, ainda acabam criando um vácuo em torno de si.

A organização libertária, mesmo a mais distante da luta, não pode deixar de enfrentar o problema de objetivos e métodos. E a discussão de métodos acaba criando relacionamentos dentro da organização que possibilitam um debate que, embora estéril às vezes, muitas vezes leva a resultados inesperados em outras organizações.

Deve-se acrescentar que os camaradas da organização libertária estão lá por sua própria livre escolha. De um modo geral, pertencer a uma organização libertária, mesmo aqueles com perspectivas pouco claras, envolve risco, sacrifício, consciência desses riscos e sacrifícios e uma avaliação bastante clara das razões que determinaram essa escolha. Em qualquer nível, militantes anarquistas são indiscutivelmente militantes que podem tomar decisões e questionar quaisquer dúvidas sobre posições ou tendências que não são totalmente sustentáveis (pelo menos em sua opinião). Esse fato, que muitas vezes gera argumentos, discussões intermináveis, cisões e conflitos entre tendências e tem sido considerado o ponto fraco do anarquismo, é na verdade um dos pontos de força e vitalidade. A uniformidade obtusa mataria qualquer tendência animada em favor da vontade cinzenta do lado vencedor.

Uma tentativa de examinar a
estrutura de caráter do militante
libertário

A metodologia anarquista nos dá vagamente um modelo de um certo tipo de militante. Muitas vezes, essa indicação não é obtida da realidade da intervenção na luta, mas de uma idealização da última.

Além disso, é possível ver a evolução desse modelo ao longo da história do movimento libertário e as profundas transformações que ocorreram a partir de 1968.

A definição tem características precisas: uma escolha coerente de meios para alcançar os objetivos de justiça, igualdade e liberdade; intervenção acelerada das lutas sociais; recusa em priorizar o fator econômico na evolução do conflito explorador / explorador; a elevação de uma cultura libertadora para se opor à cultura burguesa de repressão; otimismo; fé no homem e em seus dons inatos; uma recusa a priori de doutrinas; uso do método empírico “tente e tente novamente”; solicitações específicas sobre o conflito social agem com todos os tipos de meios (insurrecional-violento ou pacifista-educacional).

Essa estrutura não está completa, mas fornece os contornos aproximados de uma perspectiva que não pode ser trazida na prática. Filhos das contradições sociais e da luta social, os militantes anarquistas não são apenas produtos de seu tempo, seriam autômatos insignificantes se baseassem sua ação em princípios abstratos sem relacioná-los com os requisitos de sua intervenção na realidade.

Não se deve esquecer que um dos pontos mais importantes do anarquismo é justamente a sua preocupação ética, e isso desapareceria se tentássemos aniquilar a vitalidade contraditória do indivíduo em favor de um idealismo separado da história e de seus eventos. Se o ponto forte do anarquismo é a sua metodologia, é possível uma grande liberdade de ação nesse contexto. De fato, se alguém ditasse as principais regras do anarquismo nos Dez Mandamentos, expulsando qualquer um que deixasse de manifestar a intenção de segui-los escrupulosamente até o último detalhe, e houve uma acentuação de normas internas e códigos elaborados com o objetivo de confundir ideias ou criar conflitos, alguém acabaria com uma minoria de revolucionários com escolhas muito limitadas. Esse modelo de personagem é marcado por uma subordinação líquida da própria felicidade, interesses e necessidade de uma vida privada aos objetivos da organização e da revolução. Ao tornar rígido o modelo de referência, as pessoas se tornam rígidas, a personalidade cai em segundo lugar. Os ideais abstratos de justiça, igualdade e liberdade passam a ser considerados importantes o suficiente para justificar o auto-esquecimento, a anulação de qualquer estímulo para com os diferentes (que acaba sendo considerado burguês, por isso é condenado).

Depois de se conformarem ao modelo rígido básico, esses camaradas, sem dúvida, estariam dispostos a fazer qualquer sacrifício imaginável para o ideal, até para suas próprias vidas, mas lançariam o véu frio da separação entre eles mesmos, o ideal (agora “o ideal deles”) e outros camaradas, ou seja, viriam a negar o processo unitário e coletivo que implica a elaboração do modelo revolucionário. Seu objetivo seria aplicar na esfera da realidade o modelo que eles cristalizaram na esfera de análise, sem levar em consideração possíveis diferenças individuais ou grupais. Fenômenos como o nascimento de uma chamada “consciência objetiva” surgiram, levando à suspeita, intolerância e exclusividade.

Estamos olhando para esta situação extrema aqui simplesmente para apontar os perigos de uma cristalização de um modelo de intervenção anarquista. Na realidade, esse modelo deve, em nossa opinião, resultar de constante elaboração, verificação e modificação por todos os camaradas, sempre dentro da perspectiva metodológica básica, que é a da escolha correta de meios para alcançar os objetivos de justiça, igualdade e liberdade.

Uma transformação histórica específica produziu diferentes tipos de militantes. Não há dúvida de que o caráter dos camaradas franceses envolvidos na luta contra a reação até 1890 diferia muito daqueles dos camaradas anarcossindicalistas que mais tarde tentaram abordar a luta em busca de melhores condições, convencido de que isso ainda estava dentro de uma perspectiva revolucionária. Assim como não há dúvida de que existiam diferenças profundas entre os camaradas espanhóis da FAI e os italianos de organizações similares. O mesmo vale para os camaradas alemães que foram trabalhar na América e para os que ficaram em casa, para os camaradas ingleses em Londres e os escoceses etc. O “modelo” proposto por Ravachol não é o mesmo que proposto por Henry, nem o mesmo que Bonnot deveria propor. Embora basicamente permaneçam no campo da ilegalidade, surgem características profundamente diferentes, levando a diferenças nas análises e tendências.

Também é possível ver diferenças no nível da linguagem. A linguagem dos escritos anarquistas de 1880 a 1895 na França é diferente daquela entre 1895 e 1914. O estilo de Galleani difere do de Malatesta, mas é muito semelhante ao de Cipriani e Ciancabilla.

A variedade e o florescimento dos modelos desde 1968 são ainda maiores.

O desenvolvimento da análise cultural, a ampliação da leitura revolucionária, o fenômeno francês de maio, uma circulação mais rápida de ideias, o colapso das estruturas universitárias tradicionais, a crise dos valores mais sagrados do mundo burguês (ciência, projetualidade, salubridade, integridade), todos produziram mudanças rápidas. Qualquer um que não se adapte à nova era acaba desatualizado e ineficiente. A persistência do esquema antigo, mesmo por camaradas muito válidos, é o sinal de uma dificuldade em tornar o modelo maleável, mas em qualquer caso se avança e novas linhas de intervenção são desenvolvidas. Entre contrastes e erros colossais, entre intuição e tentativas de repressão interna, ocorre uma profunda modificação cultural do movimento anarquista mundial. Daí o surgimento de um novo tipo de militante ainda em formação, aquele que foge da retórica como uma praga e se concentra apenas em alguns pontos, mas o faz claramente.

O novo militante anarquista se coloca na tradição libertária, mas, ao mesmo tempo, tenta peneirar a contribuição cultural da esquerda revolucionária, bem como os modelos culturais da burguesia. Isso abriu muitas contradições das quais surgiram profundas divisões teóricas, mas são muito positivas, rompendo o círculo de um fechamento cultural que acabou com modelos analíticos desatualizados. Basicamente, se alguém fizesse um breve inventário da bagagem teórica do anarquismo dos anos cinquenta, especialmente na Itália, seria preciso admitir que alguns dos modelos antigos (sindicalismo revolucionário, crítica malatestiana, humanismo goriano, Coletivismo bakuninista, determinismo kropotkiniano) tornaram-se retórica acrítica. Também modelos influenciados mais diretamente por ações como a avaliação ética e estratégica da luta armada foram influenciados por essa atrofia cultural. As ações de Sabate e Facerias foram isoladas acriticamente, muitas vezes elogiadas, muitas vezes condenadas, sem que a mensagem que elas continham pudesse emergir na forma de uma proposta concreta de camaradas além de uma mitização da ação armada.

Se olhássemos alguns dos exemplos fossilizados por essa atrofia cultural, teríamos que apontar para o Sorel do mito da greve geral (por trás do sindicalismo revolucionário), o Malatesta dos últimos anos (influenciado pelo humanismo de Gori), o Kropotkin de Ética, a Ciência Moderna e Anarquia (bem como um pouco de Ajuda Mútua). Isso implicaria uma intervenção direta na realidade que está tentando reviver modelos sindicais, agora decididamente orientados em uma direção reformista e autoritária, uma lógica de espera e discursos éticos naturalistas e deterministas.

A ruptura repentina da cultura revolucionária (também a tensão autoritária) com certo esquema do passado (por exemplo, a repentina recusa do historicismo Crociano e a imediata – acrítica – da aceitação do Marxismo), produziu reflexos consideráveis, também dentro do movimento anarquista que estava debatendo temas e enfrentando problemas que antes estavam escondidos sob as cinzas da retórica mal digerida.

É a questão ética que nos interessa aqui. Não a dos livros de texto, mas da relação com a vida, a questão que enfrenta todos os militantes que se veem traumáticamente vivendo a experiência de ser anarquistas em uma sociedade de exploradores e novos-ricos, explorados e aquiescentes. E quando os anarquistas recusam o modelo burguês ao mesmo tempo em que recusam o modelo autoritário-coletivista dos Marxistas e Stalinistas, acabam enfrentando o problema de uma personalidade socializada em uma sociedade personalizada, um desenvolvimento da autogestão total da pessoa numa sociedade que não esmaga o homem, mas o exalta e oferece a possibilidade de viver uma vida coerente.

Portanto, o projeto de um militante que não esconde dificuldades de si mesmo, não recorre a um imenso aparato de frases e lugares comuns, na verdade, quase tem medo de usar slogans e discurso uniforme, forçando-se a trabalhar para a satisfação das necessidades globais da sociedade, bem como de indivíduos e grupos. É o problema da participação, da abertura e da relação com os outros, recusando o aparato partidário, recusando a ideologia burguesa da consciência cívica.

O debate afastou-se do conflito entre indivíduo e organização, os direitos do indivíduo e os da organização específica (do tipo sindicalista revolucionário ou simplesmente revolucionário). Agora, trata-se da autonomia da personalidade do militante em uma dimensão de responsabilidade coletiva, dentro do processo de crescimento da consciência social-revolucionária que não pode ser deixada por si mesma.

À medida que a ideologia dominante se conformava ao progresso econômico (entre os anos cinquenta e sessenta), apareceu um anticonformismo que tentou repensar alguns dos modelos tradicionais de luta política. Então, com as modificações na própria estrutura do poder, o refluxo econômico e a entrada das forças reformistas da Esquerda na classe dominante, o anticonformismo se torna mais responsável:

a qualidade de vida se opõe à redução quantitativa no conflito de classes. O estímulo do indivíduo, o estímulo ético, é acrescentado ao material com sua análise parcial de um contra-poder que passou a ser condicionado por uma certa cultura de poder (ciência política e sua negação): a política começa a viver um novo processo de abertura.

Essa profunda renovação também faz parte de uma crise global nos valores da sociedade capitalista tardia. Não se pode dizer com precisão se a queda das estruturas consumistas é causa ou efeito dessa crise que levou um grande número de pessoas a suspender seu julgamento e abrir uma espécie de “parênteses”, uma vida que recusa o que é oferecido pelo capital. Neste mundo, que ao mesmo tempo está fora deste mundo, esse “parêntese” não é mais restrito a uma elite, mas é um fenômeno de massa que é grande demais para ser ignorado.

Hoje o anarquista também é condicionado por tudo isso. Tudo bem dizer que os anarquistas não são “perfeitos”, não são seres “estranhos” de outro planeta, possuidores das verdades capazes de encontrar as respostas e os métodos corretos para intervir em qualquer situação. Assim como não são os monstros da violência e do terror que uma certa imprensa a serviço dos patrões os retrata. No entanto, eles não são “reveladores” da verdade. E é precisamente por esse motivo que podemos tentar, pela primeira vez, até onde sabemos, delinear o caráter do militante anarquista dos últimos anos, pelo menos dentro dos limites das experiências nos países europeus onde o movimento tem algum significado hoje: Itália, França, Espanha (emigração espanhola), Alemanha, Inglaterra. Se considerássemos o anarquismo uma doutrina cristalizada e bem definida, teríamos que concluir que os anarquistas nascem assim e que qualquer um que “sinta” a anarquia está matriculado em alguma federação anarquista e grita “Viva Bakunin” ou não lê nenhum livro e jura pela negatividade da cultura.

Pelo contrário, se vemos o anarquismo como a experiência teórica e prática que surge com uma metodologia precisa nas lutas sociais em determinados momentos, vemos os militantes anarquistas como homens e mulheres de seu tempo que são influenciados pelas ideias predominantes – e os métodos específicos do anarquismo –, e estão envolvidos em lutas contra a classe no poder. Quanto mais a era é rica em contradições, mais a crise na estrutura de poder se torna evidente e mais os instrumentos que antes pertenciam exclusivamente às forças revolucionárias passam a ser utilizados pelo poder para a repressão. Quanto mais confusa a realidade se torna, mais métodos anarquistas se tornam uma perspectiva relevante. Isso não é absoluto ou dado como certo, precisamos verificar as coisas para que a luta contra o poder possa ser organizada corretamente, em vez de ressurgir das cinzas revolucionárias do passado.

Portanto, anarquistas também são pessoas que vivem as contradições de seu tempo. Seu caráter não pode escapar das consequências. Sua personalidade hospedará um conflito crucial entre o aspecto ascético do revolucionário: abnegação, concordância e o aspecto ético do indivíduo que se abre para a autonomia e a organização da sociedade no sentido igualitário, vendo os limites e a necessidade de aproximação progressiva. É muito mais fácil intervir na realidade e alterá-la, por mais limitada que seja a ação, do que intervir na realidade, alterá-la e, ao fazê-lo, mudar a si mesmo.

Se mais espaço for dado ao primeiro aspecto do conflito, teremos um tipo de intervenção na realidade, que levará à formação de uma vanguarda. Na segunda hipótese, veríamos um crescimento no movimento anarquista diretamente, na realidade da luta, com a possível constituição de organizações específicas que são expressões dessa realidade nas lutas em que seria difícil para elas se tornarem vanguardas.

Esse parece-nos o problema mais importante que precisa ser enfrentado. É um problema complexo, pois a passagem da dimensão do indivíduo para o coletivo não é apenas marcada pelas formas organizacionais, mas também pelos objetivos que a organização se dá, pelas pessoas que a compõem etc. Se a tendência que definimos “ascético” pode levar à formação de uma vanguarda devido a uma racionalização do conflito, a tendência que, com igual cautela, definimos “ético” pode cometer o mesmo erro devido a uma abstração do conflito como resultado da ilusão quantitativa.

O conflito entre total e parcial

Devemos dizer imediatamente que, ao fazer uma distinção entre a tendência “ascética” e a “ética”, não estamos implicando que o aspecto moral esteja ausente do primeiro. Esse é um aspecto fundamental da metodologia anarquista (como dissemos): a escolha dos meios que usamos afeta irremediavelmente os fins que alcançamos.

Dito isto, deve-se acrescentar que o problema da violência não pode ser resolvido discriminando as duas tendências. Uma comparação como “ascético” = violência, “ética” = não-violência não faz sentido. Sempre com base no princípio anarquista que recusa que “o fim justifique os meios”, a violência pode legitimamente ser usada para a libertação sem ser vista como relativismo moral ambíguo.

Desnecessário será dizer que no conflito com o poder, na revolução, muitas vezes somos forçados a fazer escolhas entre o mal maior ou menor. Débito e crédito existem, mesmo em ética. Mas os fatores contingentes que explicam alguns erros nunca devem ser levados a uma justificação moral da ação anarquista.

A realidade, com todas as suas nuances, complicações e contradições, reflete-se na personalidade contraditória do homem e, conseqüentemente, também no anarquista. Assim, podemos ver que a metodologia anarquista é nutrida e modificada por análises que utilizam vários instrumentos, desde a intuição de indivíduos que decidem realizar uma única ação até uma organização que age sobre a realidade ao seu redor.

Mas o anarquista, empregando sua metodologia com exatidão e reconhecendo os aspectos contraditórios, causa modificações na realidade que são causa e efeito das contradições resultantes.

Mesmo assim, não é fácil ver onde a realidade termina e as aparências começam no conflito. Não é fácil separar homens de suas ideologias, e isso pode levar a uma tentativa de isolar certos níveis de intervenção, separando-os dos processos ideológicos que os cobrem. Frequentemente ouvimos serenatas ao “fazer” que, na melhor hipótese, são romantismo ingênuo. “Fazer” não pode ser autônomo, ou seja, não pode se justificar sozinho.

Transformar meios em um fim em si mesmos corresponderia ao excesso ascético do revolucionário, e se esse também for um fenômeno bastante racional (no quadro do processo destrutivo), uma vez que corta o conflito entre total e parcial de maneira muito líquida. Nega o último, afirmando o primeiro, mas camufla os dois polos do confronto, tornando a distinção problemática. Este é o caso extremo de uma minoria armada que foi radicalizada por certos processos no conflito que são imputáveis à sua estratégia (por um lado), mas também e talvez principalmente às decisões de poder. Motivações reais, tendências específicas entre indivíduos e grupos sociais são desconsideradas em favor de uma exaltação acrílica do confronto, do valor da “ação” armada, do ataque e da univocidade da vontade. O militante é deformado por conseqüências objetivas e, como isso acontece, ele pensa que está no comando da situação. Ele se torna um profissional, envolvendo o mundo exterior na estrutura asfíxica do choque frontal e, sob essa perspectiva, afirma julgar o resto da realidade. Mais uma vez a alienação ideológica (sempre presente) reflete a alienação fundamental. Então, no concreto, os requisitos do próprio conflito precisam dessas reduções operacionais. Reentra na lógica da divisão do trabalho, uma que não pode escapar, pois não é possível fugir de tal dimensão na ausência de um ato de ruptura decisivamente revolucionário e globalizante. Isso não altera o fato de que a radicalização existe e é logicamente fundamentada, estávamos prestes a dizer “necessário”, assim como não altera o fato de que isso deve ser apoiado quando houver policiais e toda a sua variedade de cúmplices do outro lado da barricada. Mas isso não pode nos negar o direito de refletir e criticar. E a dimensão restritiva, a dimensão que na restrição deseja a totalidade, isto é, que pode (teoricamente) aspirar à totalidade precisamente porque reduziu o mundo e todos os seus atos a uma dimensão de bolso, deve ser criticada. A vanguarda que surge disso é tão ambiciosa como sempre. Quanto maiores os riscos para obter meios, mais fácil é para eles se tornarem um fim em si mesmos. Dessa maneira, a vanguarda se move na direção de se tornar independente de seus próprios objetivos, até o ponto de substituí-los.

Um obstáculo à revolução é o fato de que, ao enfrentar a realidade, a vanguarda, em vez de se considerar um meio, acaba preferindo seus próprios objetivos. Estes não estão de forma alguma em conformidade com os objetivos gerais da revolução, isto é, a libertação definitiva do homem.

Devemos distinguir entre o modelo de vanguarda que estamos vendo aqui e o clássico sugerido pelo Marxismo. Para os Marxistas, a vanguarda atua como mediadora entre os interesses imediatos e os históricos da classe trabalhadora. O paradoxo é que essa vanguarda deve interpretar os interesses da

classe cujas condições de desenvolvimento deve criar. Para o tipo ascético de vanguarda revolucionária, o problema da “mediação” não existe, apenas o da “ação”. Somente depois que o confronto evoluiu devido à reação do poder é possível falar de uma verdadeira coagulação de formas vanguardistas, com todas as consequências resultantes (transformação em ala militar, deformação profissional, etc.).

No entanto, em nossa opinião, esse não é o ponto mais delicado do conflito entre totalidade e parte. Muito mais radical é o problema subjacente, o conflito dentro do militante como indivíduo.

O confronto entre totalidade e parte está sempre presente para o militante envolvido na luta e, a longo prazo, isso marca profundamente seu personagem. Deforma sua visão da vida a ponto de, às vezes – diante de grandes ilusões – fazê-lo recusar-se a aceitar a realidade. Vemos a extensão do problema no grito angustiado de Cafiero ou nos escritos dolorosos de Coeurderoy.

A revolução é um conceito globalizante de envolvimento humano. É totalidade. Não permite propriedade conjunta, coabitação ou compromisso. A luta anarquista é o reconhecimento supremo do princípio da totalidade realizável, salvaguardando o valor do indivíduo, uma adição de grande complexidade, na medida em que se recusa a ver os meios revolucionários como fins em si mesmos. Nesse caso, a totalidade se torna clara como cristal, deslumbrante. Tudo vai em frente, a pessoa, a família, os afetos, os hábitos, as esperanças.

Mas tudo isso (que não importa quão grandioso possa parecer para o indivíduo ainda é muito pequeno) logo queima na imensa fornalha da totalidade revolucionária. E, assim, alguém quer agir rapidamente para acelerar um processo que leva tempo e segue o seu próprio ritmo. Começamos a sentir isso pesando sobre nós como se tivéssemos que carregá-lo sobre nossos ombros.

Então somos forçados a comparecer perante o tribunal inexorável da parte. Para medir o crescimento, estimar distâncias, considerar relações, indicar perspectivas. Começamos a prestar mais atenção ao ritmo dos eventos. Começamos a nos salvar, nos preparando para o longo caminho pela frente. Gostaríamos que continuasse para sempre, nossa revolução, mas percebemos que não podemos aprisionar a totalidade dentro dos limites de nossos desejos e acabamos cedendo aos cuidados e à estratégia. Observamos que não estamos sozinhos, que enfrentamos a nós e nosso projeto de libertação são as massas (que não estão necessariamente prontas para se libertar) e o poder. Em plena evidência e mistério revolucionário, existe diante de nós uma relação contraditória, mas constante, entre totalidade e parte, sonho e realidade, projeto ideal e estratégico.

Alguns, encerrando a totalidade dentro de uma dimensão mais restrita, ascetizam sua intervenção. Eles se envolvem em um microcosmo que reconhecem como tal, que pretendem levar ao infinito, aperfeiçoando-o, alegando que é capaz de reproduzir todas as condições da totalidade revolucionária em escala reduzida. Através dessa redução, eles estão tentando propor um “modelo”, por exemplo, um ponto de referência para que muitas outras “pequenas” totalidades sejam formadas, todas capazes de formar uma totalidade tão vasta que se aproxime da final. De uma maneira ou de outra, essa decisão leva a vanguarda a se fechar. Através da atividade de criminalização, o poder fará o resto.

Outros, aceitando plenamente o conceito de parcialidade, se dispõem favoravelmente a longos períodos de tempo, isto é, medição quantitativa. Para esses camaradas, o fazer básico se transforma em pensamento básico. A relação com a massa se torna educacional e se move para o particular, o específico. A ligação com a totalidade que foi feita com base em uma análise mais ou menos globalizante se torna puramente teórica. Desse modo, nasce a degeneração quantitativa da tendência ética, assim como no caso anterior, houve uma degeneração qualitativa da tendência ascética. Embora diferentes (o primeiro aberto, o segundo fechado), essas posições são abertas a críticas.

Alienação revolucionária

“Alienação revolucionária” é a consciência do contraste entre totalidade e parte. É repugnante para o último unido à possibilidade do primeiro, levando a uma forma de estranheza que é experimentada como extremo desconforto diante da transformação do sistema.

De certa forma, somos confrontados com um fenômeno semelhante à chamada “consciência infeliz”, resultante de uma reação inadequada à situação de classe. Só que, enquanto a consciência infeliz é acima de tudo um sentimento de desconforto antes de um deslocamento de classe ao qual alguém se sente afastado, a alienação revolucionária é o ponto de ruptura final do processo. É a consciência de não ser capaz de realizar a totalidade, de perder algo em um esforço em direção à totalidade, que sentimos ser o único caminho possível para a revolução.

Nos voltamos para uma crítica profunda do significado “humano” do ser revolucionário, porque a pessoa se sente uma “coisa”. Esse processo de reificação ocorre no conflito entre a persistência da parcialidade e o retorno contínuo da necessidade de totalidade.

Esta não é a “crise” do burguês que se desintegra por causa da saturação de um estilo de vida que foi deliberadamente construído para ele com necessidades e estímulos fabricados estudados nos laboratórios de poder. Não é a crise do bem-estar consumista, do tédio e da ação controlada remotamente, uma repetição constante da mudança programada.

Não é a suspensão do envolvimento ou julgamento, um refúgio em uma dimensão aristocrática da reflexão, ou o poder do intelecto que regula o universo dos pensamentos e ilusão de si mesmo que está regulando o mundo. Não é um corte das coisas da realidade, a fim de procurar a sociedade utópica perfeita, através de números, versos ou da Icária preferida.

Não se trata de uma convulsão “pilotada” em uma realidade mantida suspensa com a ajuda de um veículo ou outro (drogas ou qualquer outra coisa), que possa corresponder ou ser o efeito do produto em massa, seguindo a moda ou uma escala de valores que o próprio sistema não pode mais sustentar.

Não é alienação no sentido Marxista do termo, a perda de algo que nos pertence, em primeiro lugar o produto social, porque é somente pelo produto de nosso trabalho que nos reconhecemos como seres humanos. Não é, isto é, a alienação do trabalhador que reage de certa maneira diante da perspectiva forçada que o sistema de produção lhe oferece.

A alienação sobre a qual estamos falando aqui é a falta de algo (um processo de alienação genérica), mas também a falta de si mesmo, o eu que se identifica com a totalidade revolucionária. É precisamente essa perspectiva (totalidade) que fornece uma saída da forma geral de alienação sem, além disso, conseguir evitar completamente o perigo da alienação ressurgindo através da frustração da necessidade de totalidade revolucionária.

Quando o trabalhador alienado reconhece sua alienação, ele se torna consciente e a supera. Dessa maneira, ele entra na perspectiva revolucionária. Isso pode cair sobre ele como uma tonelada de tijolos, se ele não for capaz de cumprir o que a ausência de alienação primitiva lhe impõe: libertação completa e realização da totalidade revolucionária. Dessa maneira, a própria perspectiva da libertação corre o risco de se transformar em uma forma adicional de alienação, a da falta de totalidade.

Essa situação é muito mais séria para os revolucionários anarquistas. Não tendo o carisma do líder ou da organização, eles não têm nada a que se apegar. A avaliação de seu próprio trabalho é de pouca ajuda; com uma simples reflexão, eles podem colocá-lo em segundo lugar na perspectiva da totalidade revolucionária. Se eles tentam ver algo errado com sua situação, convencendo-se assim de que uma pequena parte fechada da realidade é o microcosmo que produz a totalidade, eles se transformam em um mecanismo vanguardista e reificam a alienação a ponto de não poder mais vê-lo, exatamente como aconteceu na fase da alienação primitiva antes do despertar da consciência. Eles, assim, reificam sua própria alienação, aceitando a solução da parcialidade (análises e longos períodos de intervenção).

O fato é que a alienação revolucionária não é simplesmente um relacionamento que falta em alguma coisa (totalidade), mas também a consciência dessa falta. Em outras palavras, não é apenas o reconhecimento de que algo está faltando, é também o reconhecimento de não poder prescindir daquilo que é último.

Todos os anarquistas envolvidos na luta revolucionária chegam a essa conclusão? Não há uma resposta simples para isso.

Uma coisa certa é que, se o anarquismo é a recusa de autoridade, é também uma reflexão crítica sobre as condições básicas da vida e todas as contradições que se seguem. Em certo sentido, uma

das características dos anarquistas é que eles entram nessas contradições, pois seria estranho para os revolucionários autoritários ganhar consciência dessa alienação através da malha apertada da estrutura partidária em que se encontram operando. Mas se essa alienação é uma consequência de um exame crítico da realidade, ela não deve ser considerada algo negativo, mas um passo necessário, um estágio difícil que precisa ser superado. Em suma, não é a antecâmara do engajamento revolucionário, mas o resultado, a consequência dele. Nem sequer é a solução definitiva, o muro final a partir do qual recuar e cometer suicídio, mas a passagem para uma fase posterior do aprofundamento do conhecimento e da maturidade.

Antes de prosseguir, é necessário examinar as condições desse tipo específico de alienação.

O processo começa a partir do valor absoluto dado ao indivíduo. Qualquer proposta de sacrificar o último à estratégia revolucionária, ou mesmo à totalidade revolucionária, é rejeitada. O engajamento pode ser total, pode ir até a completa dedicação e morte, mas nunca pode atingir o anulamento do indivíduo. Os anarquistas que morrem pela revolução não rejeitam o valor do indivíduo, pelo contrário, levam o último ao grau máximo, como o sacrifício que leva a uma sociedade onde o sacrifício será impossível, uma sociedade libertada. Em toda a abertura para a luta, em toda a ação coletiva que sentem e fazem, nunca perdem a dimensão individual.

A alienação ocorre quando eles percebem que somente aceitando uma forma pior de alienação (o tipo primitivo ou o do poder centralizado) eles serão capazes de escapar do perigo de ver o projeto de libertação do indivíduo desaparecer. De fato, o indivíduo ao menos consegue realizar-se parcialmente sob as condições da alienação primitiva, embora de maneira deformada (alienada). Mas os anarquistas querem a realização completa do indivíduo e isso na perspectiva social da libertação total. Eles se encontram em uma grave crise que vem do contraste entre indivíduo e totalidade. Entrar em uma dimensão parcial curaria muitos aspectos dessa crise, mas reproduziria outra forma alienada, a vanguarda.

A alienação só se torna um fator crucial quando se tem consciência de que está alienado. E este é um efeito da vontade do indivíduo, de se mover em uma situação de impasse sem caminho a seguir, levando a uma consideração da outra possibilidade, a recusa consciente da totalidade como objetivo imediato. Quanto maior essa consciência, mais o indivíduo se abrirá para outras possibilidades.

Mas a consciência simples, reconhecer que alguém está em um estado de “crise” pode levar o indivíduo a sacrificar tudo, a fim de passar por esse último no menor tempo possível. A intolerância a uma situação de incerteza pode levar alguém acostumado a radicalizar sua ação para soluções extremas. Se a totalidade leva à “crise”, se é esse objetivo que estraga o projeto revolucionário, perturbando a ordem destrutiva que se imaginava deterministicamente progressiva, devemos cortar esse polo de contraste. Para tanto, torna-se necessário subestimá-lo, acusá-lo de utópico, uma fantasia, infundada, deformadora, pequeno-burguesa. A acusação final é precisamente essa última. Qualquer coisa que nos incomode se torna um produto da ideologia burguesa e de sua contabilidade de loja. Um produto de mercadorias e sua reificação.

No entanto, ao agir dessa maneira, percebe-se que está perdendo muito. Por um tempo, alguém está convencido de que resolveu o problema e depois reaparece. A perspectiva da totalidade revolucionária é o que continha a qualidade da revolução, sua essência libertadora. Qualidade é a única coisa que pode nos dar a sensação da totalidade da libertação a qualquer momento em que estamos agindo progressivamente. Somente a qualidade pode nos fazer viver o momento final que nunca veremos, mas que, no entanto, devemos nos sentir presentes, como um reflexo que nos permite saber onde estamos. E essa qualidade geralmente é fantástica, utópica. É muito difícil relacionar-se com a quantificação. Lutando pela totalidade revolucionária, apreendemos a qualidade da revolução e a revivemos em nossas ações, nas pequenas coisas que começam a adquirir um sentido progressivo de libertação. Mas tudo isso também nos traz alienação, desconforto, sofrimento.

Quando sofremos, lembramos das coisas do passado com uma sensação de perda. Isso pode ser visto como nostalgia da alienação primitiva. O mundo da reificação pode ser um pequeno porto agradável na tempestade e, com isso retrocedendo, o sofrimento dá um círculo completo. Com horror, percebemos que a alienação consiste em não querer ser algo que alguém possa ser, mas é, em si, sem sentido, e não ser capaz de ser algo que gostaria de ser, isso significa tudo.

Não se engane, não estamos procurando uma revisão detalhada do individualismo, do personalismo ou do racionalismo voluntarista aqui. Certamente, o que sabemos das vicissitudes da pessoa (a trans-

formação da máscara) não merece ser mencionada e é fruto do irracionalismo burguês (existencialismo, fenomenologia etc.). Seria necessário muito mais, e não é possível entrar nisso aqui. É importante entender que estamos preocupados com a relação indivíduo/coletividade. Contradições dolorosas surgem nos militantes anarquistas não porque são indivíduos, mas porque são indivíduos que reconhecem seu próprio valor e o da massa como dois valores que se opõem, mas que não podem ser substituídos um pelo outro.

Se a tensão revolucionária deriva do fato de a revolução ser um projeto totalizante, um projeto que revoga a qualidade de vida e alega transformar completamente esta última, contradições particulares surgem da necessidade de o anarquista individual estabelecer um relacionamento correto com a massa, a fim de evitar executar apenas um aspecto de sua decisão.

O revolucionário abrange a totalidade da vida do indivíduo. Daí a possibilidade da realização da totalidade da revolução (portanto também a totalidade da vida) que se reflete em qualidade. Mas a decisão revolucionária não é algo abstrato. Não é uma “possibilidade” ou uma “necessidade” de acordo com a perspectiva de quem a realiza. É real, leva a profundas mudanças no indivíduo e, nesse sentido, é “necessário”. Mas, para ser tal, deve ir além da “possibilidade”, isto é, deve ser realizada. Se o último não for realizado, mesmo através do envolvimento constante, nunca se tornará uma necessidade. Aí reside o drama: é a luta que leva a se aproximar desse aspecto necessário da decisão revolucionária, levando a todas as consequências alienantes.

Mas possibilidade e necessidade não andam de mãos dadas. A possibilidade atrai o envolvimento pessoal e pode até atingir a necessidade, mas apenas como um movimento em direção a algo, como a escolha de um objetivo. A necessidade, como tal, como o lugar consciente da profunda modificação da qualidade de vida, provém da massa, daquilo que a massa produz. Em uma palavra, a necessidade vem da auto-organização das massas.

Pode-se envolver-se nas tramas da possibilidade revolucionária ao infinito. Pode-se sonhar com confrontos insurrecionais ou fantasiar sobre projetos educacionais de longo prazo até o ponto de exaustão, até o ponto de insuportabilidade e aborrecimento. Não é para isso que se alcança a dimensão em que a possibilidade se torna necessária, isto é, o reconhecimento da necessidade desta resolução, a aceitação do único caminho válido, o de avançar para a auto-organização da massa.

Quando vislumbramos essa perspectiva, a miríade de possibilidades, a própria possibilidade de uma provável solução de uma totalidade que se aproxima, se torna insuportável para nós. É necessário tempo para perceber essa possibilidade, e é isso que nos falta. Queremos correr. Queremos que a totalidade da qual vislumbramos se materialize. Queremos que a espera se torne realidade. Esta situação não tem saída no aspecto atual do sofrimento. É uma laceração íntima, uma contradição que – quando você pensa sobre isso – é o reflexo do fator de classe, com consciência ainda maior, mais sofrimento. E, como o processo de conscientização é unidirecional, o sofrimento da laceração de classe não pode ser eliminado.

Vamos examinar a outra forma de alienação por um momento, a mais conhecida. Este é um fato objetivo, ou seja, o resultado de ser privado de alguma coisa (o produto social do trabalho de alguém). Com o despertar da consciência (aumento da consciência), a pessoa também ganha uma consciência da alienação. O mecanismo para corrigir a situação de sofrimento, a chamada consciência de classe, não faria sentido ou seria um mero fato objetivo, se não incluísse as possibilidades que isso cria. Os resíduos religiosos atuam nesse nível, levando essa consciência de classe à busca de soluções mediadas, como procurar um guia. Obviamente, isso não pode ser visto como uma correção da situação de sofrimento, mas apenas sua “repressão”.

Outras dificuldades surgem em diferentes níveis de consciência. A recusa do guia, de alguma maneira, corresponde à recusa do pai. A auto-organização da luta exige a recusa a priori de descarregar a responsabilidade das lutas para alguém ou alguma coisa. É sempre o nível de consciência que está crescendo.

O desenvolvimento dessa consciência no indivíduo leva ao que chamamos de alienação revolucionária nas condições examinadas acima. O desenvolvimento da auto-organização das lutas determina um sentimento transitório de desconforto, sofrimento, desânimo na massa que pode ser comparado ao da alienação revolucionária em um nível diferente.

Mas, enquanto do ponto de vista do indivíduo há apenas uma sequência de possibilidades e uma necessidade irritante de totalidade revolucionária, do ponto de vista da massa auto-organizadora, há uma identificação progressiva com uma necessidade que está se tornando clara. Nesse caso, sofrimento e desconforto é a descoberta de algo que existe, não importa quão pequeno, não algo que se torne, porque tudo o que é projetado no futuro (a partir da necessidade do presente) é apenas um crescimento quantitativo.

Assim, o sofrimento do indivíduo advém da falta de qualidade (totalidade revolucionária), uma falta que oferece uma série infinita de possibilidades que se projetam para a necessidade de auto-organização da massa. Por outro lado, a massa está experimentando uma agitação, desconforto, sofrimento real, porque está começando a descobrir o fato da auto-organização.

Essa dupla situação de desconforto caracteriza o campo “humano” do confronto revolucionário e nos fornece a chave para resolver o problema da vanguarda. Antes de enfrentar esta questão final, é necessário esclarecer a relação estrutural que existe entre indivíduo, minoria e massa e examinar a tensão que emerge dela.

Tensão revolucionária

A atividade individual não pode ser vista como algo autônomo a partir do qual a realidade se torna pensável por meio da organização da luta. Não existe homogeneidade de intenção. Ao observar as atitudes e atividades de um único indivíduo, não se pode reconstruir a realidade simplesmente com uma ação adjuvante. A contradição deste último é muito mais complexa do que a do indivíduo e, além disso, é sustentada por diferentes estruturas. Enquanto o indivíduo, através da consciência de si mesmo, pode alcançar a possibilidade revolucionária e a necessidade de totalidade revolucionária (daí a alienação e sua superação em tensão revolucionária); o segundo, através da auto-organização, atinge diretamente a necessidade revolucionária; portanto, o crescimento de um primeiro núcleo, por menor que seja, já é a totalidade revolucionária à disposição.

Estamos diante de tendências em duas direções diferentes que talvez nunca se encontrem, pelo menos no sentido de eliminar diferenças e criar realidade liberada além da realidade das lutas. De fato, o outro encontro, o do guia e o partido com a minoria na liderança como memória e reservatório revolucionário da massa, não é um encontro real, mas a negação do próprio conceito de encontro do ponto de vista revolucionário.

De fato, a totalidade revolucionária, a nova sociedade, não é deterministicamente certa. Talvez os obscurantistas sempre consigam prevalecer e forçar o projeto revolucionário de volta, destruindo o progresso e restabelecendo a barbárie. Essa nota de precariedade e instabilidade também se encontra em tensão revolucionária, tornando necessário um esforço contínuo de avaliação, verificação e precisão.

A presença e o desenvolvimento de formas de luta auto-organizadas não são suficientes para garantir a resolução final da teoria na práxis, sua unificação na sociedade liberada. É apenas uma questão de tendência, incluindo nesse conceito o profundo sentimento de sofrimento derivado da gestação de novas formas de luta. Tudo isso produz um estado de tensão, de inquietação, no movimento dos explorados. Novas forças surgem, novas necessidades emergem, ideais e ídolos do passado são destruídos.

A tensão do movimento dos explorados surge da conscientização da discrepância entre ser uma teoria e perceber na prática. Essa contradição afeta profundamente o movimento, muitas vezes desencadeando uma parte contra a outra, jogando assim o jogo das forças do poder. Mas essa tensão é vital, é a força essencial da coordenação para o futuro. É a partir dele que explodem as capacidades destrutivas e criativas da revolução.

A minoria anarquista também carrega uma profunda laceração. A rigidez do modelo fechado visto como a reprodução da totalidade revolucionária corre o risco de privá-lo da qualidade da revolução, que é a nova qualidade de vida. Somente aceitando essa renúncia e sendo vítima da ilusão quantitativa é que conseguirá silenciar a tensão íntima que a atormenta. Mas, ao fazê-lo, também destrói o significado de seu próprio projeto anarquista revolucionário, cortando qualquer contato real com as massas. Não apenas isso, seus militantes, como indivíduos conscientes da possibilidade revolucionária de serem (conscientemente) cortados da totalidade revolucionária, estão vivendo pessoalmente outra tensão que é sentida ainda mais porque toca a vida de cada um. Essa outra tensão não pode ser satisfeita com jogos quantitativos, análises globalizadas ou memórias do proletariado. Precisa se identificar em outra tensão ainda mais ampla, a da própria massa. Ou a minoria aceita viver a tensão dos indivíduos singulares que a compõem e, ao mesmo tempo, vive a tensão da massa, ou é condenada a permanecer uma vanguarda e, como tal, a se responsabilizar por todas as consequências resultantes.

A consciência da tensão revolucionária é o primeiro sinal de ir além da alienação.

Para o movimento dos explorados, essa consciência se expressa em uma busca mais orgânica pela auto-organização das lutas. O que antes se perdeu no comportamento individual da defesa atomizada contra a repressão e a exploração, uma reação individual a fim de reavaliar a vida extinta pelo processo integrador do capitalismo, agora se torna um projeto de quantificação.

O movimento dos explorados começa a se dar uma estrutura autônoma, começa a buscar novas relações e vínculos internos. Nesta pesquisa e realização, a tensão se torna construção. A teoria toma forma cada vez mais e começa a se parecer cada vez mais com a prática.

Para a minoria anarquista, a consciência da tensão revolucionária é um sinal de maturidade. Gradualmente se livra da ilusão quantitativa, de sentir-se portador da “verdade”, uma força “externa”, uma “memória”. Isso só é possível com a condição de que a tensão interna seja atenuada, que os militantes singulares vejam a relação revolucionária possibilidade-totalidade, tenham lutado contra a alienação e possam ir além dela em uma tensão pessoal. Este último reaparece agora no nível de uma minoria, para

encontrar seu lugar na tensão mais ampla do movimento dos explorados, a única dimensão em que é possível encontrar um caminho construtivo para o crescimento quantitativo.

A solução do problema da vanguarda

Para concluir, podemos definir a vanguarda como uma involução, uma entrega em face do projeto anarquista revolucionário. Agora podemos ver que a definição “um todo orgânico composto por indivíduos” que fizemos no início não é mais suficiente. A composição real da vanguarda se torna menos importante em face de sua significância dentro da estrutura complexa das relações revolucionárias. A vanguarda é, portanto, uma fuga das sensações de sofrimento e pânico causadas pela alienação revolucionária; é a recusa de tensão em relação ao movimento dos explorados, tensão que este desenvolve em sua relação contraditória entre auto-organização e delegação da luta. A vanguarda toma o lugar da tarefa quantitativa do movimento dos explorados, querendo reproduzir em um nível reduzido (com objetivos edificantes ou com o objetivo de dominação), a realidade das lutas como um todo. É um desejo de quantificar o não quantificável. É uma deformação violenta da possibilidade revolucionária em necessidade fictícia (totalidade). A vanguarda é a aceitação de uma análise globalizante que afirma “levar em conta tudo” em um campo exclusivamente teórico, fazendo de maneira fictícia o que o movimento dos explorados produz na realidade, tornando-se teoria e práxis ao mesmo tempo.

Pelo contrário, o pleno conhecimento da alienação revolucionária permite o acesso à tensão revolucionária individual, que se perderia em um adiamento da infinidade do projeto total da revolução, se não encontrasse seu correto desenvolvimento na tensão da minoria. Se isso desiste diante de obstáculos, se transforma em vanguarda e age de acordo. A tensão da minoria se extingue na ilusão quantitativa e no projeto analítico que afirma ser global. A tensão do indivíduo retrocede ao sofrimento da alienação, encontrando conforto em mil pequenas facetas do projeto quantitativo separado da massa. De fato, quanto mais premente o sofrimento causado pela alienação revolucionária; quanto maior o desapego, a perda da totalidade e a qualidade da revolução, mais insignificante será o envolvimento na prática diária quantitativa na solução de uma consciência culpada. Se a tensão da minoria é inserida dentro da tensão mais ampla do movimento dos explorados, é estabelecido um ponto de contato entre auto-organização e delegação de lutas. Ele desenvolve uma solicitação de auto-organização, adicionando a própria tensão revolucionária à do movimento dos explorados, desenvolvendo o projeto revolucionário anarquista totalmente em harmonia com a teoria desse movimento.

Quanto mais detalhes e esclarecimentos essa teoria adquire; quanto mais se conscientiza de si mesmo, avança na auto-organização da luta, se dá uma estrutura autônoma, conecta relações internas e estabelece vínculos, mais renuncia à falsa perspectiva do delegado (partidos e sindicatos). A função tradicional da minoria anarquista diminuirá e, perdendo seu valor, sua tensão revolucionária aumentará. De fato, o objetivo do movimento anarquista é contribuir para a construção de uma sociedade na qual não haverá mais exploração. E a exploração não existe mais, não haverá mais necessidade de lutas políticas, movimentos e, conseqüentemente, nem mesmo do movimento anarquista.

A negação final da minoria anarquista, como tal, não será a decisão de um grupo ou algo que acontece fora da minoria. Será a realização da tensão revolucionária na totalidade revolucionária, a sociedade liberada. Nesta fase final, o movimento dos explorados realizará sua própria teoria (que não diferirá mais de sua prática) e, com essa percepção, as vicissitudes da minoria anarquista chegarão ao fim.

Biblioteca Anarquista



Alfredo Maria Bonanno
Por que uma vanguarda?
1977

lib.anarhija.net

Titulo Original: *Why a Vanguard?*. Tradução e Revisão por André Tunes @Nucleo de Estudos
Autonomo Anarco Comunista.

Ela não possui direitos autorais, pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org